

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Comunicações do Presidente**

**3. Audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a requerimento do BE, sobre a aplicação do diploma do emprego científico**

**4. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, a requerer a audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o eventual incumprimento dos Acordos de Legislatura.**

**5. Redação final, com proposta de fusão, dos seguintes Projetos de Resolução:**

- [Projeto de Resolução n.º 647/XIII](#), Recomenda ao Governo que proceda a curto prazo a obras de fundo de recuperação, modernização e preservação do edifício da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra
- [Projeto de Resolução n.º 664/XIII](#), Recomenda ao Governo a reabilitação e requalificação da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra
- [Projeto de Resolução n.º 678/XIII](#), Recomenda ao Governo que proceda a curto prazo à reabilitação e requalificação da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra
- [Projeto de Resolução n.º 679/XIII](#), Sobre a urgente reabilitação da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra
- [Projeto de Resolução n.º 682/XIII](#), Recomenda a urgente requalificação da Escola Secundária José Falcão (Coimbra)
- [Projeto de Resolução n.º 1169/XIII](#), Recomenda ao Governo que proceda, a curto prazo, às obras de reabilitação e requalificação do edifício da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra

**6. Outros assuntos**

**7. Data da próxima reunião**

- 3 de janeiro de 2018, 15h?

-----

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A reunião foi presidida pela Vice-Presidente, Deputada Margarida Mano (PSD), por impossibilidade de presença do Presidente da Comissão.

A proposta de ordem do dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## **2. Comunicações do Presidente**

Não foram feitas comunicações.

## **3. Audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a requerimento do BE, sobre a aplicação do diploma do emprego científico**

A Senhora Vice-Presidente da Comissão cumprimentou o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Secretária de Estado da Ciência e lembrou a grelha de tempos da audição.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) fez uma intervenção inicial referindo os números da precariedade na ciência, manifestando preocupação com os dados constantes do último relatório da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e realçando que só 1% dos investigadores está na carreira.

Colocou depois várias perguntas, a saber:

1. Tendo em conta os docentes precários, fora da carreira, como é que o Governo entende que as instituições podem resolver a situação e qual a responsabilidade do Governo nessa matéria;
2. Os investigadores da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) aguardam a resposta do PREVPAP, programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, mas há investigadores que já tinham terminado o contrato. Qual a resposta do Governo a estes investigadores?
3. Após a publicação da [Lei n.º 57/2017, de 19 de julho](#), o Governo demorou mais de 4 meses a regulamentá-la, fixando os níveis remuneratórios ([Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017](#), publicado no 2.º Suplemento, Série I, de 29/12/2017); foi hoje publicado o diploma a fixar a abertura do concurso até 31/12/2017; esta situação tem efeitos a nível da baixa execução orçamental de 2017.

O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior referiu que já tinha comunicado anteriormente os dados da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e os mesmos tinham sido discutidos amplamente na Assembleia da República e comunicados à OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Informou que após a publicação da Lei n.º 57/2017, que ratificou o Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, foram realizadas reuniões com os sindicatos e as instituições e nessa sequência publicado o Decreto Regulamentar. Indicou também que a FCT já abriu 2 concursos, para posições individuais (cerca de 500 vagas) e empresariais e foi publicitado o parecer no sentido de que os concursos devem ser abertos o mais rápido possível, até agosto de 2018. Realçou ainda a abertura de novo processo de avaliação das unidades de investigação.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) referiu que o Governo se tinha comprometido a fazer 3.000 contratos em 2017 e não tinha cumprido e que a execução orçamental do Ministério foi baixa em 2017 e 2016.

O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior indicou que em 2017 mais do que duplicaram as bolsas dos investigadores, enquanto diminuíram para metade os fundos comunitários, por erro do contrato de parceria celebrado pelo anterior Governo. Identificou ainda várias melhorias a nível do emprego científico.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) realçou a preocupação com o emprego científico, referiu que a responsabilidade de várias matérias é das instituições e que há algumas que não querem cumprir a lei, havendo um historial de não cumprimento de compromissos por parte das mesmas e perguntou ainda como vai funcionar a responsabilização das instituições. Referiu depois a necessidade de aprofundar a relação entre a atividade docente e de investigação nas instituições.

O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior referiu que há uma coresponsabilização institucional, prevista nos contratos de legislatura, com monitorização trimestral e não foi utilizada a interajuda entre as instituições. Realçou ainda que foram desencadeados 5 instrumentos tendentes à contratação de investigadores, nomeadamente contratos individuais, projetos de investigação, inclusão da avaliação do emprego científico na avaliação das unidades de investigação e o regime transitório, que vão monitorizar com pormenor, com relatórios divulgados publicamente pelo Ministério. Informou também que será aberto um concurso institucional em janeiro de 2018.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) salientou que os valores de execução orçamental estão a diminuir, como se comprova do relatório do Conselho Nacional de Educação sobre o Estado da Educação 2016 e referiu que o Senhor Ministro diz que os contratos de investigadores vão aumentar de 3.000 para 5.000 em 2018.

Indicou depois que os estudos existentes revelam que há mais docentes do que investigadores e perguntou se o Senhor Ministro via com bons olhos a permeabilidade entre docência e investigação. A terminar perguntou em qual dos 5 instrumentos de combate à precariedade cabiam os investigadores da FCT.

O Senhor Ministro informou que existia um erro no relatório sobre o Estado da Educação, referiu que se verificava uma diminuição dos fundos comunitários e salientou que o acordo de parceria celebrado anteriormente prejudica a ciência. Considerou ainda que os dados disponibilizados pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência permitem pôr mais pressão sobre as instituições e referiu que defende mais permeabilidade entre as carreiras de investigação e de docência.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o Decreto-Lei n.º 57/2016 é de 2016 e a sua apreciação parlamentar não suspendeu os prazos para os concursos, manifestando que deve haver uma chamada de atenção às instituições incumpridoras, mas o Governo e a FCT devem ter uma maior intervenção. Informou ainda que as instituições dão informações confusas aos investigadores e estes precisam de indicações claras, nomeadamente se os bolseiros que terminam a bolsa vão mantê-la até aos concursos.

O Senhor Ministro informou que chegaram à FCT nove pedidos de instituições e realçou que tem havido uma preocupação com os bolseiros. Informou depois que o contrato FCT não pode ir além de seis anos e as instituições podem utilizar saldos de gerência até à abertura dos concursos, não havendo alarmismo.

Realçou que o objetivo é reforçar a capacidade científica das instituições e referiu que há problemas a tratar na legislatura, com vários mecanismos.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) enfatizou que houve negociação para a regulamentação da lei, mas não para o decreto-lei e referiu que tinha havido um discurso pouco claro na coresponsabilização das instituições e se tinham verificado insuficiências nas respostas do Senhor Ministro.

O Senhor Ministro reiterou que não houve atrasos na regulamentação da lei e que atualmente cabe às instituições abrirem concursos e aos investigadores prepararem-se para os mesmos. Indicou depois que não há atrasos no PREVPAP, e o processo tem tido prioridade, havendo 2 comissões a trabalharem e existindo um prazo até maio de 2018. A terminar, referiu que os investigadores são uma prioridade do seu Ministério, existindo atualmente um leque de oportunidades e defendeu que o Orçamento do Estado para 2018 é bom para o setor.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

#### **4. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, a requerer a audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o eventual incumprimento dos Acordos de Legislatura.**

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) fez a apresentação do requerimento, tendo referido a situação de incumprimento do Ministério.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) pediu esclarecimento sobre o que se pretendia com a referência ao convite ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), tendo a Deputada Margarida Mano (PSD), no exercício de Presidente da Comissão, referido que não havia convite para a sua audição.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) concordou com a audição do Ministro, mas não com a presença simultânea do CRUP e CCISP, tendo esta posição tido também o acordo da Senhora Deputada Joana Mortágua (BE). Nesta sequência, o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) apresentou novo requerimento, já sem referência ao convite ao CRUP e CCISP.

O requerimento, na 2.ª versão, foi aprovado com os votos a favor dos Deputados presentes do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção dos Deputados do PS.

#### **5. Redação final, com proposta de fusão, dos seguintes Projetos de Resolução:**

- [Projeto de Resolução n.º 647/XIII](#), Recomenda ao Governo que proceda a curto prazo a obras de fundo de recuperação, modernização e preservação do edifício da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra

- [Projeto de Resolução n.º 664/XIII](#), Recomenda ao Governo a reabilitação e requalificação da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra
- [Projeto de Resolução n.º 678/XIII](#), Recomenda ao Governo que proceda a curto prazo à reabilitação e requalificação da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra
- [Projeto de Resolução n.º 679/XIII](#), Sobre a urgente reabilitação da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra
- [Projeto de Resolução n.º 682/XIII](#), Recomenda a urgente requalificação da Escola Secundária José Falcão (Coimbra)
- [Projeto de Resolução n.º 1169/XIII](#), Recomenda ao Governo que proceda, a curto prazo, às obras de reabilitação e requalificação do edifício da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra

A redação final, com um texto de fusão dos 6 Projetos de Resolução, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## **6. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

## **7. Data da próxima reunião**

- 3 de janeiro de 2018, 15h

A reunião foi encerrada às 15:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de dezembro de 2017

**A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Margarida Mano)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Álvaro Batista  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Diogo Leão  
Emília Santos  
Ilda Araújo Novo  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
António Eusébio  
Duarte Marques  
Elza Pais  
Margarida Balseiro Lopes  
Maria Adelaide Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
André Pinotes Batista  
Ivan Gonçalves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: